

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

6ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES

RELATÓRIO ANUAL DO AGENTE FIDUCIÁRIO

EXERCÍCIO DE 2016

Rio de Janeiro, 28 de Abril de 2017.

Prezados Senhores Debenturistas,

Na qualidade de Agente Fiduciário da 6ª Emissão de Debêntures da AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A. (“Emissão”), apresentamos a V.Sas o relatório anual sobre a referida emissão, atendendo o disposto na Instrução da CVM nº 28, 23 de Novembro de 1983 e na Escritura de Emissão.

A apreciação sobre a situação da empresa foi realizada com base nas Demonstrações Financeiras auditadas, demais informações fornecidas pela Emissora e controles internos da Pentágono.

Informamos, também, que este relatório encontra-se à disposição dos debenturistas na sede da Emissora, na sede da Pentágono, na CVM, na CETIP e na sede do Coordenador Líder da Emissão.

A versão eletrônica deste relatório foi enviada à Emissora, estando também disponível em nosso website www.pentagonotrustee.com.br.

Atenciosamente,

PENTÁGONO S.A. DTVM.

*Informamos que o relatório possui data-base de 31.12.16 e, portanto, foi elaborado nos termos da Instrução CVM nº 28/1983, revogada em 21.03.2017 pela Instrução CVM nº 583/16.

Características da Emissora

- Denominação Social: AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.
- CNPJ/MF: 33.050.071/0001-58
- Diretor de Relações com Investidores: Sr. Aurélio Ricardo Bustilho de Oliveira
- Atividades: (i) estudar, planejar, projetar, construir e exportar os sistemas de produção, transmissão, distribuição e comércio de energia elétrica, bem como serviços correlatos que lhe tenham sido ou venham a ser concedidos, por qualquer título de direito, podendo administrar e/ou incorporar outros sistemas de energia, prestar serviços técnicos de sua especialidade, organizar subsidiária, ou incorporar outras empresas e praticar os demais atos necessários a consecução de seus objetivos; (ii) participar de pesquisas vinculadas ao setor energético, notadamente nas áreas de geração, transmissão e formação de pessoal técnico e a preparação de operários qualificados, através de programas de treinamento e cursos especializados; (iii) participar de organizações regionais, nacionais e internacionais, voltadas ao planejamento, operação, intercâmbio técnico e desenvolvimento empresarial, relacionadas com a área de energia elétrica; e (iv) participar de outras empresas do setor elétrico como sócia ou acionista, inclusive no âmbito de programas de privatização, no Brasil e no Exterior.

Características da Emissão

- Emissão: 6ª
- Séries: 1ª; 2ª.
- Data de Emissão (de ambas as séries): 15/06/2011
- Data de Vencimento: (i) 1ª Série: 15/06/2016; (ii) 2ª Série: 15/06/2018
- Banco Escriurador: Itaú Corretora de Valores S.A.
- Mandatário: Banco Itaú Unibanco S.A.
- Código Cetip/ISIN:

(i) 1ª Série: AMPL16/ BRCBEEDBS062;

(ii) 2ª Série: AMPL26/ BRCBEEDBS070.

- Coordenador Líder: Banco Itaú BBA S.A.
- Destinação dos Recursos: Os recursos captados por meio da Emissão, após a dedução dos descontos previstos, de comissão de distribuição e despesas estimadas a serem pagas pela Emissora, serão destinados integralmente para o refinanciamento de operações financeiras celebradas pela Emissora vincenda nos meses subseqüentes à realização da emissão.
- Tipo de Emissão: Emissão Pública de Debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografia, para distribuição pública com esforços restritos de colocação.

1. Eventual omissão ou inverdade nas informações divulgadas pela Companhia ou, ainda, inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia: (Artigo 12, alínea a, inciso XVII da Instrução CVM 28/ 83)

A Pentágono declara que não possui conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou de qualquer inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações.

2. Alterações Estatutárias: (Artigo 12, alínea b, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não houve alterações estatutárias no período.

3. Comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da empresa: (Artigo 12, alínea c, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- A Empresa

➔ Atividade Principal: 35.14-0-00 - Distribuição de energia elétrica;

➔ Situação da Empresa: ativa;

➔ Natureza do Controle Acionário: estrangeiro;

→ Critério de Elaboração do Balanço: legislação societária.

- Situação Financeira

→ Liquidez Geral: de 0,90 em 2015 para 0,82 em 2016;

→ Liquidez Corrente: de 1,19 em 2015 para 0,81 em 2016;

→ Liquidez Seca: de 1,19 em 2015 para 0,81 em 2016;

→ Giro do Ativo: de 0,66 em 2015 para 0,55 em 2016.

- Estrutura de Capitais

A Companhia apresentou um aumento nos Empréstimos e Financiamentos sobre o Patrimônio Líquido de 33,2% de 2015 para 2016. O Índice de Participação do Capital de Terceiros sobre o Patrimônio Líquido também apresentou aumento de 21,8% de 2015 para 2016. O grau de imobilização em relação ao Patrimônio Líquido apresentou aumento de 21,9% de 2015 para 2016. A empresa apresentou no seu Passivo Não Circulante um aumento de 8,5% de 2015 para 2016, e um aumento no índice de endividamento de 6,1% de 2015 para 2016.

Solicitamos a leitura completa das Demonstrações Contábeis da Companhia, Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes, para melhor análise da situação econômica e financeira da Companhia.

4. Posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado: (Artigo 12, alínea d, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- VALOR UNITÁRIO NA EMISSÃO (de ambas as séries): R\$ 10.000,00
- ATUALIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL: (i) 1ª Série: não aplicável; e (ii) 2ª Série: IPCA/IBGE
- REMUNERAÇÃO: (i) 1ª Série: 100% do DI + 1,20% a.a.; e (ii) 2ª Série: 7.90% a.a.
- PAGAMENTOS EFETUADOS POR DEBÊNTURE (2016):

→ 1ª Série:

Amortização:

15/06/2016 – R\$ 5.000,000000 (vencimento)

Juros:

15/06/2016 – R\$ 367,438815

Prêmio:

04/01/2016 – R\$ 4,515020

→ 2ª Série:

Amortização:

15/06/2016 – R\$ 4.701,675631

Juros:

15/06/2016 – R\$ 1.114,298239

Prêmio:

04/01/2016 – R\$ 37,983462

• **POSIÇÃO DO ATIVO:**

AMPL16 – 1ª Série:

Quantidade em circulação: 0

Quantidade em tesouraria: 0

Quantidade total emitida: 11.700

AMPL26 – 2ª Série:

Quantidade em circulação: 18.300

Quantidade em tesouraria: 0

Quantidade total emitida: 18.300

5. **Resgate, amortização, conversão, repactuação, pagamento dos juros das debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora:** (Artigo 12, alínea e, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- Resgate: não houve;
 - Amortização: conforme item 4 acima;
 - Conversão: não aplicável;
 - Repactuação: não houve;
 - Pagamento dos juros das debêntures realizados no período: conforme item 4 acima;
 - Aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora: não houve.
6. **Constituição e aplicações de fundo de amortização de debêntures, quando for o caso:** (Artigo 12, alínea f, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não houve a constituição de Fundo de Amortização para esta Emissão.

7. Acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora: (Artigo 12, alínea g, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

De acordo com as informações obtidas, os recursos adquiridos por meio da Emissão de Debêntures foram utilizados conforme previsto na Escritura de Emissão.

8. Relação dos bens e valores entregues à sua administração: (Artigo 12, alínea h, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não há bens e/ou valores entregues ao Agente Fiduciário para administração.

9. Cumprimento de outras obrigações assumidas pela companhia na escritura de emissão: (Artigo 12, alínea i, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

A Emissora obriga-se, sob pena de serem declaradas vencidas todas as obrigações relativas às debêntures, a observar, entre outras obrigações, os índices financeiros elencados no item 4.12.1, alínea “n” da Escritura de Emissão.

Covenants	4T16
<i>Lucro Líquido</i>	-221.832
<i>IR e CSLL</i>	-94.371
<i>Resultado Financeiro</i>	443.319
<i>PDD</i>	214.605
<i>Provisões para Contingências</i>	53.352
<i>Depreciação e Amortização</i>	253.147
EBITDA	648.220
<i>Empréstimos e Financiamentos</i>	1.105.920
<i>Debêntures</i>	976.456
<i>Mútuo</i>	187.126
<i>Mútuo subordinado</i>	1.024.850
<i>(-)Deposito em garantias de financiamento</i>	-
<i>(-) Caixa e Equivalentes de Caixa</i>	251.357
<i>(-) Aplicações Financeiras</i>	53.772
Dívida Financeira Líquida	1.964.373
<i>Encargos de Dívida</i>	232.378
<i>Encargos dos mútuos subordinados</i>	146.712
<i>Variações Monetárias</i>	24.179
<i>(-) Renda de aplicações financeiras</i>	25.536
Despesa Financeira Líquida	231.021
Patrimônio Líquido	2.269.847

Dívida fin. líq/EBTIDA	3,03
Límite <=	3,50
EBTIDA/Despesa Financ. Líq	2,81
Límite >=	1,75

De acordo com as informações obtidas, verificamos o cumprimento das obrigações assumidas na Escritura de Emissão.

10. **Declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das debêntures:** (Artigo 12, alínea j, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

As debêntures da presente emissão são da espécie quirografária, sem garantias.

11. **Existência de outras emissões, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, em que tenha atuado como agente fiduciário no período:** (Artigo 12, alínea k, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

(i) Denominação da companhia ofertante: **AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.**

- Emissão: 8ª.
- Valor da emissão: R\$ 300.000.000,00;
- Quantidade de debêntures emitidas: (i) 1ª. Série: 15.000; e (ii) 2ª. Série: 15.000;
- Espécie*: quirografária, com garantia adicional fidejussória;
*Redação em conformidade com o 2º Aditamento à Escritura de Emissão.
- Prazo de vencimento das debêntures: (i) 1ª. Série: 07/07/2019; e (ii) 2ª. Série: 07/07/2019;
- Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores*: (i) fiança prestada pela Enel Brasil S.A.;
*Redação em conformidade com o 2º Aditamento à Escritura de Emissão.
- Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture:

(i) Pagamentos:

→ 1ª Série:

Amortização:

15/06/2016 – R\$ 5.000,000000 (vencimento)

Juros:

15/06/2016 – R\$ 367,438815

Prêmio:

04/01/2016 – R\$ 4,515020

→ 2ª Série:

Amortização:

15/06/2016 – R\$ 4.701,675631

Juros:

15/06/2016 – R\$ 1.114,298239

Prêmio:

04/01/2016 – R\$ 37,983462

12. **Parecer:**

Não possuímos conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, que manteve seu registro atualizado junto à CVM - Comissão de Valores Imobiliários.

13. **Declaração sobre a aptidão para continuar exercendo a função de agente**

fiduciário: (Artigo 12, alínea I, inciso XVII da Instrução CVM 28/83 e artigo 68, alínea “b” da Lei nº 6.404 de 15 de Dezembro de 1976)

A Pentágono declara que se encontra plenamente apta a continuar no exercício da função de Agente Fiduciário desta emissão de debêntures da Emissora.

Este relatório foi preparado com todas as informações necessárias ao preenchimento dos requisitos contidos na Instrução CVM 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, e demais disposições legais aplicáveis.

Embora tenhamos nos empenhado em prestar informações precisas e atualizadas não há nenhuma garantia de sua exatidão na data em que forem recebidas nem de que tal exatidão permanecerá no futuro. Essas informações não devem servir de base para se empreender de qualquer ação sem orientação profissional qualificada, precedida de um exame minucioso da situação em pauta.

PENTÁGONO S.A. DTVM

DOCUMENTOS ANEXOS:

Balanço Patrimonial (Anexo 1)

Demonstrações de Resultado (Anexo 2)

Parecer dos Auditores (Anexo 3)

Anexo 1

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2016	31/12/2015
Ativos			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	251.357	134.126
Titulos e valores mobiliários	7	53.772	107.359
Consumidores	8	736.365	970.942
Consumidores - serviços prestados		84.519	81.368
Ativos financeiros setoriais	11	-	459.074
Subvenção CDE - desconto tarifário	9	277.512	173.228
Cauções e depósitos		63.601	40.923
Tributos a compensar	10	74.643	90.615
Serviço em Curso		65.426	73.064
Instrumentos Financeiros derivativos - SWAP	18	787	1.912
Outros créditos		125.425	132.787
Total do ativo circulante		1.733.407	2.265.388
Não circulante			
Consumidores	8	59.261	4.369
Ativos financeiros setoriais	11	-	78.706
Depósitos vinculados a litígios	22	223.325	223.613
Tributos a compensar	10	125.300	109.803
Instrumentos Financeiros derivativos - SWAP	17	10.316	5.385
Tributos diferidos	27	369.898	264.255
Ativo indenizável (concessão)	12	2.242.355	1.832.491
Imobilizado	13	71.552	74.187
Intangível	14	3.268.616	2.960.331
Total do ativo não circulante		6.370.623	6.553.140
Total dos ativos		8.104.030	7.818.528

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

	Notas	31/12/2016	31/12/2015
Passivos			
Circulante			
Fornecedores e outras contas a pagar	15	688.858	952.142
Empréstimos e financiamentos	17	373.422	119.520
Debêntures	18	416.918	235.868
Salários, Provisões e encargos sociais		42.546	34.760
Obrigações fiscais	16	124.301	216.146
Dividendos a pagar		46.515	46.657
Passivos financeiros setoriais	11	19.042	-
Taxa regulamentares	19	339.189	252.338
Instrumentos Financeiros derivativos - SWAP	17	13.510	-
Outras obrigações		83.549	48.800
Total do passivo circulante		2.147.850	1.906.229
Não circulante			
Fornecedores e outras contas a pagar	15	162	5.778
Empréstimos e financiamentos	17	1.878.665	1.431.769
Debêntures	18	560.325	897.463
Passivos financeiros setoriais	11	41.439	-
Obrigações com benefícios pós-emprego	21	493.335	491.635
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	22	603.705	522.092
Instrumentos Financeiros derivativos - SWAP	18	62.615	-
Taxa regulamentares	19	46.087	50.142
Total do passivo não circulante		3.686.333	3.398.879
Patrimônio líquido			
Capital social	23	1.298.230	1.298.230
Reservas de capital		23.254	23.254
Reservas de lucros		947.904	1.187.344
Outros resultados abrangentes		459	4.592
Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores		2.269.847	2.513.420
Total do patrimônio líquido e passivos		8.104.030	7.818.528

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Anexo 2

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação expresso em Reais)

	Nota	31/12/2016	31/12/2015 (reclassificado)
Receita líquida	25	4.466.989	5.163.415
Custo do serviço	26	(3.959.850)	(4.682.076)
Lucro operacional bruto		507.139	481.339
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas com vendas	26	(222.904)	(132.000)
Despesas gerais e administrativas	26	(218.356)	(234.481)
Outras receitas operacionais	26	61.237	61.556
Total de receitas (despesas) operacionais		(380.023)	(304.925)
Resultado antes da apuração do resultado financeiro		127.116	176.414
Resultado financeiro			
Receita financeira	28	443.297	322.464
Despesa financeira	28	(886.616)	(533.545)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(316.203)	(34.667)
Imposto de renda e contribuição social correntes	27	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27	94.371	(567)
Prejuízo do exercício		(221.832)	(35.234)
Prejuízo por ação - básico (em reais por mil ações)		(2,26214)	(0,36022)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Anexo 3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Ampla Energia e Serviços S.A.
Niterói - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Ampla Energia e Serviços S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ampla Energia e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de Receita (Notas Explicativas nº 2.11 e 25)

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber das atividades de venda de energia elétrica, sendo reconhecidas mensalmente com base na prestação do serviço. Os riscos observados referem-se:

- (i) Reconhecimento de receita fora de período de competência e/ou lançamento por erro ou fraude;
- (ii) Lançamento da fatura se dê por valores maiores do que o efetivamente estabelecido na tabela de preço vigente à época;
- (iii) Estimativa utilizada para o reconhecimento dos valores de eletricidade fornecidos aos consumidores entre a data da última leitura do medidor e o final do ano ("fornecimento não faturado").

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Notas Explicativas nº 2.4 e 8)

A estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa envolve um elevado nível de julgamento por parte da Administração. A determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa envolve a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo nível de inadimplência, política de renegociação e parcelamentos e cenário econômico atual e prospectivo.

Esse julgamento considera diversas premissas na determinação das provisões. As provisões para crédito de liquidação duvidosa são constituídas levando em consideração as normas regulamentares estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e são fundamentadas de acordo com política interna da Companhia.

Resposta da auditoria ao assunto de Reconhecimento de Receita (Notas Explicativas nº 2.11 e 25)

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a conferência em detalhe dos critérios de reconhecimento de receitas que suportam o registro das faturas ao longo do exercício e confirmamos que estão consistentes de acordo com as práticas contábeis brasileiras e internacionais; efetuamos testes detalhados, com base em amostragem estatística, que compreendeu seleção dos lançamentos contábeis registrados no faturamento, examinando faturas de energia e os respectivos pagamentos; efetuamos teste global de receita de venda de energia elétrica; confrontamos com a tabela vigente aplicável ao ciclo tarifário e para a receita estimada ("fornecimento não faturado") realizamos procedimentos analíticos utilizando dados reais para nos permitir definir as expectativas quanto ao nível estimado de receita comparando isso com a estimativa da Companhia. Nós também avaliamos os pressupostos da Companhia relativos ao volume e preço utilizado na determinação do nível de receita estimada e a sua adequada divulgação nas notas explicativas às demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Resposta da auditoria ao assunto de Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Notas Explicativas nº 2.4 e 8)

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação da estimativa definida pela Administração para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, realização de recálculo matemático da referida provisão e desafiamos o julgamento da Administração decorrente a estimativa definida onde foram totalizados todos os créditos, independente se vencidos ou a vencer, dos consumidores com faturas registradas como provisão para crédito de liquidação duvidosa ("efeito arrasto"). Avaliamos esse total como parte de nossa avaliação de risco de distorções significativas nas demonstrações contábeis.

Reconhecimento de Ativos e Passivos Regulatórios (Notas Explicativas nº 2.5 e 11)

As receitas de energia elétrica das distribuidoras devem considerar uma tarifa (após revisão e homologação da ANEEL) capaz de garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Em virtude disso, a Companhia registra ativos e/ou passivos regulatórios decorrente da diferença entre os custos incorridos e o valor da tarifa recebida no último no reajuste tarifário (cobertura tarifária). Em virtude da complexidade e detalhes específicos aplicáveis ao setor elétrico, a Companhia possui risco quanto a adequada mensuração e contabilização dos ativos e passivos regulatórios.

Avaliação de perda por *impairment* de ativo imobilizado e intangível (Notas Explicativas nº 13 e 14)

A Companhia possui registrado ativo imobilizado e intangível no montante de R\$ 3.340.168 mil, em 31 de dezembro de 2016 referente a investimentos realizados oriundos do direito de concessão de distribuição de energia elétrica. A Administração avalia, no mínimo anualmente, o risco de *impairment* desses ativos, baseado no método do valor em uso ou em modelo financeiro de fluxo de caixa descontado, o qual exige que a Administração adote algumas premissas baseadas em informações geradas por seus relatórios internos, no qual envolve julgamento significativo sobre os resultados futuros do negócio, em que qualquer ajuste nas premissas utilizadas pode gerar efeitos significativos na avaliação e impactos nas demonstrações contábeis da Companhia tomadas em conjunto.

Resposta da auditoria ao assunto de Reconhecimento de Ativos e Passivos Regulatórios (Notas Explicativas nº 2.5 e 11)

Os nossos procedimentos de auditoria consideraram a avaliação dos ativos e passivos regulatórios registrados com base nas regulamentações expedidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, a aplicação de testes detalhados de inspeção, com base em amostragem, das bases que suportam os registros contábeis realizados. Assim como a revisão da adequada divulgação da nota explicativa nº 11 às demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Resposta da auditoria ao assunto de Avaliação de perda por *impairment* de ativo imobilizado e intangível (Notas Explicativas nº 13 e 14)

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação das previsões de fluxo de caixa futuro da Unidade Geradora de Caixa (CGU) preparadas pela Administração e o processo usado na sua elaboração, inclusive a comparação com os seus planos mais recentes de negócios. Questionamos as principais premissas da Administração para as taxas de crescimento de longo prazo nas previsões, por meio da comparação com previsões econômicas e setoriais, e a taxa de desconto, avaliando o custo de capital para a Companhia. Ao determinarmos a extensão de mudanças nas premissas que seriam necessárias individual ou coletivamente, para resultar em *impairment* do ativo imobilizado e intangível, consideramos a probabilidade de ocorrência dessas alterações nas principais premissas. Avaliamos também a adequada divulgação nas notas explicativas às demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Reconhecimento de Benefícios Pós Emprego (Notas Explicativas 2.9 e 21)

A Companhia possui benefícios pós-emprego no qual a obrigação é calculada com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados. Em virtude da complexidade e subjetividade na estimativa decorrente da avaliação atuarial dos planos de saúde e benefício, conforme requerido pelo CPC 33 - Benefício pós-emprego, a Companhia possui risco quanto a adequada mensuração e contabilização dos passivos decorrente a benefícios pós-emprego.

Resposta da auditoria ao assunto de Reconhecimento de Benefícios Pós Emprego (Notas Explicativas 2.9 e 21)

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram o envolvimento de especialista atuarial na revisão da estimativa e metodologia utilizada para cálculo dos benefícios e a aplicação de testes detalhados de inspeção, com base em amostragem, das bases que suportam os registros contábeis realizados. Assim como a revisão da adequada divulgação da nota explicativa nº 21 às demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Covenants de empréstimos, financiamentos e debentures (Notas Explicativas 17 e 18)

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures no qual a Companhia está sujeita ao cumprimento de determinados índices financeiros.

Resposta da auditoria ao assunto de Covenants de empréstimos, financiamentos e debentures (Notas Explicativas 17 e 18)

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram a revisão dos contratos de empréstimos e financiamentos bem como das escrituras públicas das debêntures emitidas, o recálculo dos indicadores financeiros e a confirmação externa junto as instituições financeiras e agentes fiduciários, bem como, a sua divulgação nas notas explicativas às demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos**Demonstrações do valor adicionado**

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Demonstrações contábeis auditadas por outro auditor independente

O exame das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na nota explicativa nº 05, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificação, datado de 1º de fevereiro de 2016. Como parte de nossos exames das demonstrações contábeis de 2016, examinamos também os ajustes descritos na nota explicativa nº 05 que foram efetuados para alterar as demonstrações contábeis de 2015. Em nossa opinião, os referidos ajustes estão adequadamente registrados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício de 2015 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguuração sobre as demonstrações contábeis de 2015 tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 06 de fevereiro de 2017.

BDO

BDO RCS Auditores Independentes
CRC 2 SP-013846/F


Jairo da Rocha Soares
Contador CRC 1SP 120458/O-6 -S - RJ